26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-raciais, Gênero e Diversidades

QUEM FALA SOBRE BRANQUITUDE?: RAÇA, GÊNERO E PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

WHO TALKS ABOUT WHITENESS?: *RACE, GENDER, AND SCIENTIFIC PRODUCTION IN INFORMATION SCIENCE*

Arthur Henrique Feijó de Almeida – Universidade Federal de Pernambuco /(UFPE)
Diogo Manoel Lopes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco /(UFPE)
Ísis Trindade da Silva Cunha – Universidade Federal de Pernambuco /(UFPE)
Erinaldo Dias Valério – Universidade Federal de Pernambuco /(UFPE)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: A branquitude, compreendida como um sistema de privilégios materiais e simbólicos que se mantém por meio do apagamento da identidade racial branca e de sua instituição como norma universal, tem sido pouco explorada na Ciência da Informação brasileira, apesar de a área reconhecer a informação como construto social. Este trabalho teve como objetivo mapear o perfil das pessoas autoras das publicações sobre branquitude na BRAPCI. Investigam-se seus marcadores de gênero e raça e problematiza-se o estado da arte desse debate. Adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e caráter exploratório. Foram realizadas duas buscas na Base de Dados em Ciência da Informação, utilizando os termos “branquitude” e “*whiteness*” entre aspas, que resultaram em 25 documentos únicos, todos artigos publicados entre 2015 e 2025. A análise dos metadados revelou um total de apenas 24 pessoas autoras distintas, evidenciando a escassez de pesquisadores dedicados ao tema. A classificação racial baseou-se no letramento racial das pessoas pesquisadoras devido à baixa adesão ao campo cor ou raça no Currículo Lattes. Os resultados mostraram que 73,91% da autoria são de mulheres, com predominância de pessoas brancas, embora haja significativa contribuição de pessoas negras. Conclui-se que o debate sobre branquitude na área é incipiente e que a subnotificação racial nos currículos oficiais constitui uma limitação, reforçando a necessidade de mais pessoas pesquisadoras brancas da Ciência da Informação brasileira assumirem a corresponsabilidade epistêmica sobre o tema.

Palavras-chave: branquitude; produção científica; relações étnico-raciais.

Abstract: Whiteness, understood as a system of material and symbolic privileges maintained through the erasure of white racial identity and its establishment as a universal norm, has been little explored in Brazilian Information Science, despite the field's recognition of information as a social 2pistemic2. This study aimed to map the profile of authors of publications on whiteness in BRAPCI. By investigating their gender and race markers and problematizing the state of the art of this debate, a qualitative, descriptive, and exploratory approach was adopted. Two searches were conducted in the Information Science Database using the terms "branquitude" and "whiteness" in quotation marks, resulting in 25 unique documents, all articles published between 2015 and 2025. Metadata analysis revealed a total of 2pis 24 distinct authors, highlighting the scarcity of researchers dedicated to the topic. Racial classification was based on the researchers' racial literacy due to the low adherence to the color or race field in the Lattes curriculum. Results showed that 73.91% of the authors are women, with a predominance of white people, although there is a significant 2pistemic22ns from Black people. It is concluded that the debate on whiteness in the field is 2pistemic2, and that racial underreporting in 2pistem curricula constitutes a limitation, reinforcing the need for more white researchers in 2pistemic Information Science to assume 2pistemic co-responsibility on the topic.
Keywords: whiteness; scientific production; ethnic-racial relations.

1 INTRODUÇÃO

É sabido que a empreitada colonial promovida pela Europa deixou marcas de uma violência real e simbólica a partir da escrita do racial no texto moderno. Seguindo a lógica de supremacia racial, instituiu-se o sujeito branco como norma social em contraponto aos sujeitos "racializados", isto é, pessoas negras, indígenas, asiáticas e aborígenes. Uma vez que as discussões das relações étnico-raciais surgem das movimentações e reivindicações daqueles que foram oprimidos pela colonialidade — aqueles inscritos sob o marcador racial —, cristalizou-se entre as pessoas brancas um movimento de subterfúgio dessas discussões, promovendo assim ideais alinhados à branquitude.

Schwarcz (2024, p. 10) define branquitude como "um sistema internalizado de privilégios materiais e simbólicos que se ancora no passado, mas exerce suas prerrogativas no presente". Dessa forma, marcas dessas violências coloniais podem ser facilmente observadas em toda a sociedade. É Sueli Carneiro que aponta o epistemicídio — a "negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, consequentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento" (Carneiro, 2023, p. 96) — como um dos instrumentos mais eficazes e duradouros nessa empreitada ideológica da supremacia branca.

Bento (2022) aponta que o pacto da branquitude funciona como um acordo tácito entre pessoas brancas a fim de assegurar o que é, ao mesmo tempo, um privilégio e uma prerrogativa. Para isso, o epistemicídio funciona como instrumento para o apagamento indiscriminado de pautas fundamentais para as discussões das relações étnico-raciais, entre elas, a branquitude. Se muito se fala do ônus deixado pela escravidão para as pessoas negras e indígenas, pouco se tem abordado do bônus herdado pelas pessoas brancas. Bento (2022) aponta ainda a baixa adesão de pessoas brancas nas discussões das pautas raciais, afinal o processo de constituição da branquitude se dá no apagamento da cor branca enquanto identidade racial e na sua reconstrução enquanto norma universal.

A Ciência da Informação — área guarda-chuva que abarca disciplinas como Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e Gestão da Informação, onde ainda é possível comprovar o déficit no ensino das relações étnico-raciais (Valério; Cunha; Santana; Silva, 2025) — entende que a informação impacta a sociedade na mesma proporção em que esta é impactada pela informação, sendo de grande a contribuição de autorias brancas nas discussões sobre branquitude, já que a participação das pessoas brancas na luta antirracista é fundamental.

Surgiu, então, o seguinte questionamento: quem são as pessoas pesquisadoras que vêm abordando criticamente a branquitude na Ciência da Informação no Brasil? Portanto, o presente trabalho procura mapear o perfil das pessoas autoras das publicações sobre branquitude na Ciência da Informação brasileira. Os objetivos específicos elencados são: investigar quem são as pessoas autoras dos estudos brasileiros sobre branquitude na Ciência da Informação; investigar os marcadores sociais de gênero e raça dessas autorias; problematizar o estado da arte dos estudos da branquitude na Ciência da Informação. Esta pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do Alaye – Grupo de Estudos e Pesquisas em Informação Antirracista e Sujeitos Informacionais, vinculado ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (DCI/UFPE).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Silva (2022) aponta o pensamento pós-iluminista como ponto de virada para a construção da noção de racial. A fim de sustentar a soberania do Eu transparente, formou-se uma analítica da racialidade: o “aparato do conhecimento fabricado pelas ciências do homem e da sociedade” (Silva, 2022, p. 23) responsável por apagar da escrita do texto moderno os

conhecimentos que não pudessem ser considerados variações daquele advindos da Europa. Com isso, as ciências do homem e da sociedade desenvolveram um olhar sobre os povos não-europeus em contraste à transparência que os enraíza à noção de racial, um olhar etnográfico.

Pensemos no que diz Rufino (2019, p. 29) sobre a gramática colonial operar "de forma sofisticada na produção de não existências, na hierarquização dos saberes e nas classificações sociais. O racismo é a força motriz do colonialismo". Esse apagamento opera com mais incidência sobre os conhecimentos de povos originários e da diáspora africana por meio do epistemicídio; entretanto, o apagamento promovido pelo colonialismo também abarca o próprio Eu transparente — também chamado de Eu hegemônico por Carneiro (2023).

Entretanto, não nos deixemos enganar, nem esquecer: esse apagamento é peça fundamental para a escrita do racial no texto moderno. Ao contrário do apagamento promovido pelo epistemicídio sofrido por pessoas negras e indígenas em solo brasileiro, o objetivo aqui não é a obliteração do corpo branco, mas deslocá-lo para os bastidores das discussões sobre a hierarquia racial promovida pela Europa durante sua empreitada colonial. Dessa forma, ao escrever o corpo branco como centro da norma, a branquitude estabelece o Outro como centro do desvio, que, no caso da tese da transparência, é o racial.

Como observado por Silva (2022), a branquitude no Brasil opera de um jeito diferente do restante do mundo. Aqui, graças à ideia de democracia racial, reforçada por textos de sociólogos como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, contribuiu para uma ideia da mestiçagem enquanto instrumento obliterador de raças, ao passo que nenhuma pessoa seria "completamente branca" devido às misturas entre povos europeus, africanos e indígenas — sem nunca levar em consideração a violência de gênero utilizada para subjugar a mulher negra e indígena —, é evidente quem seriam as pessoas negras e à quem as discussões das relações étnico-raciais caberiam.

O tom pacificador e romantizado da narrativa racial do século XIX e XX ajudou a construir essa ideia, já que o negro escravizado era considerado "de casa", ao passo que seus senhores não lhe davam o mínimo da sobrevivência humana, enquanto consideravam essa ação mais do que suficiente, com a qual tal bicho humano "[...] houve de cruel, em contraste com aquelas evidências de benignidade nas relações de não poucos senhores com seus escravos" (Freyre, 1979, p. 12). Fatos esses, que são reforçados em Schwarcz (2017), ao colocar em cena a completa dissolubilidade culposa face às agressões cometidas pelos

senhores brancos a seus escravos.

Dessa forma, como um conceito por omissão, a branquitude continua exercendo seu poder colonial ao atribuir às pessoas negras e indígenas mais uma tarefa intelectual — pois não podemos esquecer a contribuição desses povos para a matemática, a filosofia e a arquitetura, nem como o conhecimento brasileiro nasce no cruzo dos navios negreiros nas águas de Olokun (Rufino, 2019). Sobrecarregando o Outro com o que deveria lhe caber, as pessoas brancas acabam por reproduzir a dinâmica da vida colonial, acarretando na continuidade das discrepâncias dos modos de vida na sociedade moderna atual, onde os corpos negros ainda continuam servindo como pano de fundo para uma sociedade que almeja ser majoritariamente "branca" (Bento, 2022).

Se, como aponta Carneiro (2023), é possível observar o poder do racial em todos os aspectos da sociedade brasileira, e a informação enquanto produto social que afeta a sociedade na mesma proporção que é por ela afetada, podemos supor que aspectos da branquitude também podem ser observados nos estudos desenvolvidos por cientistas da informação. Assim, é preciso verificar se a branquitude exercida por pessoas pesquisadoras da área é crítica ou acrítica.

Cardoso (2014) distingue a branquitude acrítica da branquitude crítica: enquanto a primeira manifesta-se na adesão explícita ou tácita aos ideais de supremacia branca fundamentados não apenas em ideologias arianas e nacionalistas, mas na reprodução cotidiana de práticas discriminatórias embasadas na noção moderna de raça; a segunda comportaria o grupo de pessoas brancas que, reconhecendo publicamente o racismo, utiliza os privilégios inatos à branquidade para combater a estrutura sustentada pelo racial. Porém, Bento (2022) questiona se as pessoas brancas realmente estariam dispostas a renunciar a seus privilégios, pois o mero discurso antirracista, sem uma correspondente prática na vida privada e institucional, pode não passar de uma atualização do pacto implícito da branquitude.

Assim, considerando a construção da analítica da racialidade para sustentar o capitalismo, as práticas de epistemicídio mobilizadas durante esse processo e a necessidade de responsabilização das pessoas brancas quanto ao bônus herdado da empreitada colonial europeia, é preciso fomentar cada vez mais pesquisas e práticas com um olhar crítico sobre a branquitude. As pessoas brancas devem assumir corresponsabilidade epistêmica sobre as próprias pautas, em lugar de relegar às pessoas negras o ônus de conduzir sozinhas esses

debates.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa é uma pesquisa de natureza descritiva e exploratória, com objetivo descritivo e exploratório. A abordagem escolhida foi qualitativa (Gerhardt; Silveira, 2009). Para atingir os objetivos propostos, foram realizadas duas pesquisas na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), ligada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, principal repositório digital da área. Foram realizadas duas buscas na base em abril de 2026, na primeira delas utilizou-se o termo branquitude entre aspas, recuperando 25 documentos. Na segunda, a forma em inglês, *whiteness* entre aspas, foi utilizada e recuperou 16 produções; todas elas duplicatas dos resultados obtidos na busca do primeiro termo. De posse dos metadados dos 25 documentos, extraíram-se os nomes das pessoas autoras e os anos de publicação. As autorias foram listadas, procedeu-se à unificação de variantes de nomes e calcularam-se as frequências de publicação por pessoa.

A fim de investigar os marcadores sociais de gênero e raça, a etapa seguinte consistiu na classificação das pessoas autoras. Como o preenchimento do campo “Cor ou Raça” no Currículo Lattes se mostrou incipiente e é, atualmente, opcional, optou-se por uma estratégia complementar: o gênero foi inferido prioritariamente pelos prenomes e pelo gênero utilizado nos resumos do Currículo Lattes, enquanto a identificação racial baseou-se no letramento racial das pessoas pesquisadoras, com consulta a fotografias publicamente disponíveis em plataformas acadêmicas e redes sociais. Reconhece-se a subjetividade inerente a esse procedimento de heteroidentificação, razão pela qual os resultados são apresentados como uma aproximação do perfil identitário das autorias. Para análise, foram calculadas as frequências de gênero e raça, viabilizando a construção das figuras apresentadas na seção de resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

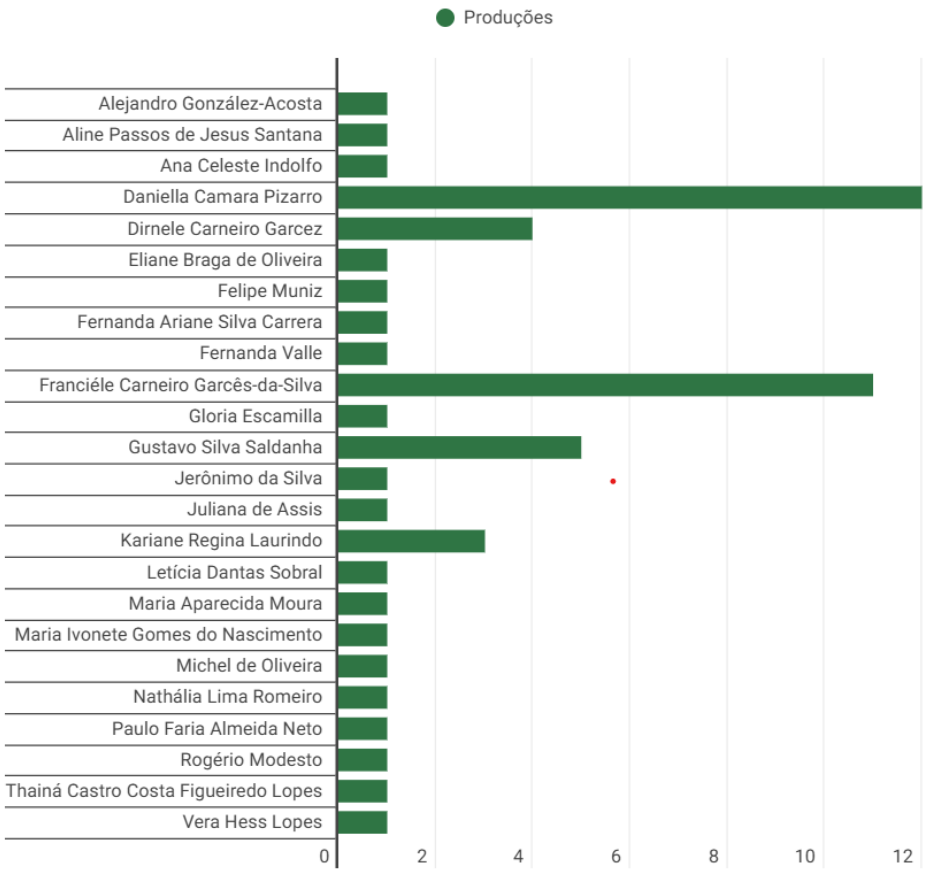
Entre trabalhos apresentados em congressos, publicações em revistas e até mesmo uma entrevista com a professora Luciana Durante, do departamento de Arquivologia da Universidade da Colúmbia Britânica, os 25 trabalhos indexados com o termo “branquitude” na BRAPCI encontram-se na categoria artigos. O baixo número de publicações e a ausência de

produções no formato de resumo expandido evidenciam a insistência da Ciência da Informação em uma "(pseudo)neutralidade profissional e epistêmica [...] para justificar a promoção da racialidade branca dentro dos espaços informacionais e produções científicas" (Garcês-da-Silva, 2023, p. 57).

Ao silenciar sistematicamente o debate sobre os privilégios raciais, a área mantém intacta a suposta neutralidade epistêmica que, na prática, funciona como mecanismo de reprodução da supremacia branca. O número de produções e a homogeneidade de formatos, portanto, não expressa apenas uma lacuna temática, mas a eficácia de um dispositivo de racialidade que opera pela supressão de certos saberes (Carneiro, 2023).

Analisando os metadados das produções recuperadas, pôde-se observar a presença das mesmas pessoas autoras em mais de uma pesquisa, como mostra a Figura 1, evidenciando que o baixo número de produções sobre branquitude esconde um número ainda menor de pessoas autoras discutindo a temática:

Figura 1 - Pessoas autoras sobre branquitude na BRAPCI

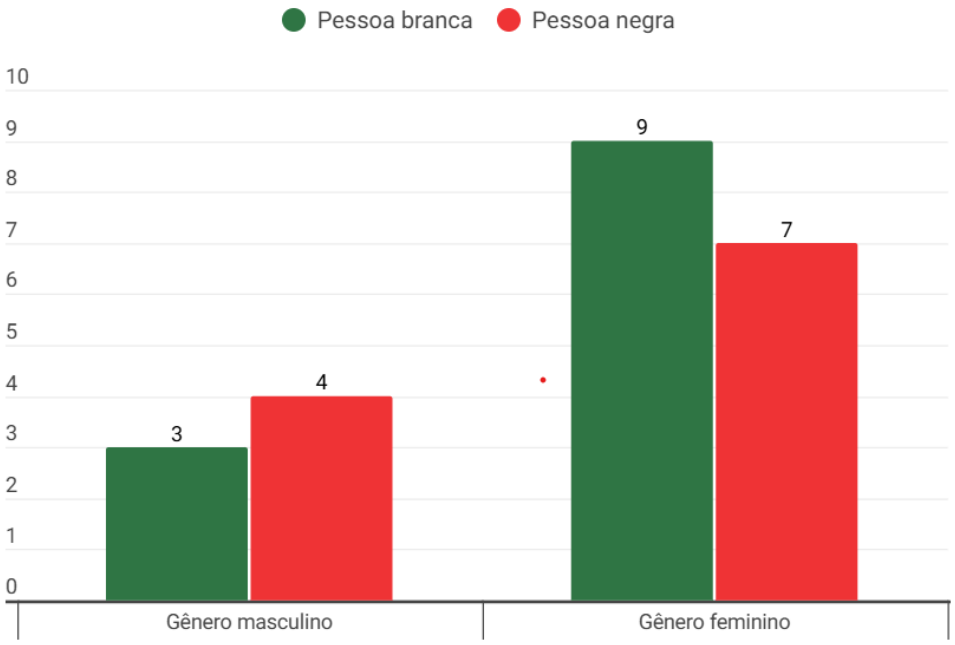


Fonte: elaboração própria (2026).

A contribuição das pessoas autoras é inestimável, mas 24 ainda é um número irrisório, considerando a emergência da temática e as mais de 4.600 autorias existentes na BRAPCI. Destacamos, no entanto, o empenho das autoras Daniella Camara Pizarro e Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva em contribuir na construção de um arcabouço teórico sobre a branquitude na Ciência da Informação, muitas vezes em coautorias uma com a outra.

Quando o debate sobre os privilégios brancos permanece restrito a um círculo reduzido de pessoas pesquisadoras, a estrutura de poder que beneficia as pessoas brancas segue inquestionada. O silêncio da maioria das pessoas pesquisadoras brancas sobre o tema não é inércia, mas uma forma de autopreservação que atende justamente ao acordo não verbalizado entre pessoas brancas, o pacto da branquitude (Bento, 2022). É possível observar ainda o protagonismo feminino nessas produções, uma vez que 73,91% das pessoas autoras são mulheres. Considerando o recorte interseccional de raça e gênero, temos a seguinte distribuição, conforme a Figura 2:

Figura 2 - Gênero e raça das pessoas autoras



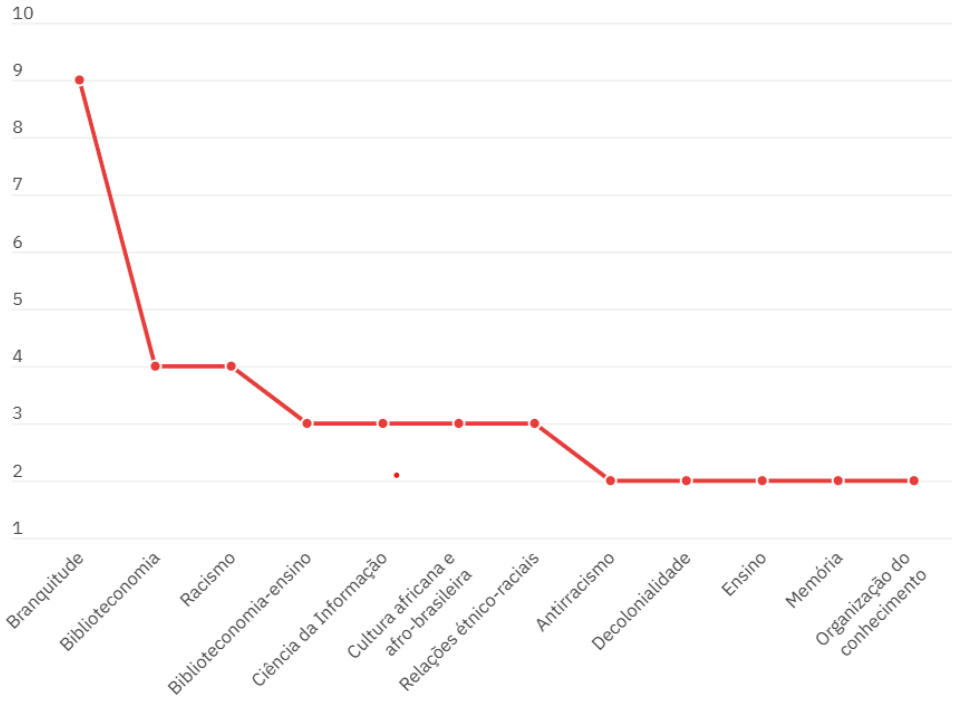
Fonte: elaboração própria (2026).

A diferença entre o total de pessoas autoras brancas em comparação ao total de pessoas negras pode indicar a construção de uma branquitude crítica, que utiliza dos seus privilégios, uma vez que é impossível abdicá-los totalmente (Bento, 2022), no combate ao

racismo, combatendo o epistemicídio e discutindo a branquitude. Sob outra ótica, também explicita a constante contribuição de pessoas negras nas discussões sobre a temática, que pode nos levar a pensar que o debate carece de maior contribuição de pessoas brancas para que as pessoas negras possam se ocupar sobre outras temáticas e deixar eles que são brancos que se entendam.

Para reforçar o caráter temático da área da Ciência da Informação, foi realizado um levantamento referente às palavras-chave de cada um dos 25 artigos encontrados. Os resultados apontam uma maior incidência de descritores voltados para questões raciais, além de alguns outros centrados para a Ciência da Informação. Vale ressaltar o bom uso dos termos, que abarcam de forma positiva conceitos-chave presentes na grande maioria dos artigos em detrimento de termos mais específicos de outras áreas do conhecimento, devido à sua grande capacidade de ser uma ciência interdisciplinar, como podemos ver na Figura 3:

Figura 3 – Descritores dos artigos recuperados



Fonte: elaboração própria (2026).

Interessa notar, por fim, que os trabalhos foram publicados entre 2015 e 2025, tendo a maior incidência nos últimos 5 anos, com 14 trabalhos publicados, ratificando a urgência do debate na área, ainda que os chamados estudos críticos sobre branquitude tenham se desenvolvido nos EUA durante os anos 1980 (Schucman, 2020), um dos debates que a área

calhou de não importar de lá.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a informação seja entendida como um objeto social, os debates relacionados à branquitude têm se desenvolvido num ritmo próprio na Ciência da Informação. Social e historicamente, é na presença de ausência que se propaga a branquitude e os privilégios do Eu transparente se mantêm intactos. Dessa forma, reconhecendo a existência de produções acerca do tema, além de parabenizarmos as pessoas autoras que já estão produzindo, discutindo e fomentando questionamentos acerca da operabilidade da branquitude, gostaríamos de reforçar o convite para que mais pessoas brancas da Ciência da Informação — e de todas as áreas — escrevam e compartilhem suas perspectivas, afinal a ciência, assim como o antirracismo, se faz do individual ao coletivo.

Essa escassez de autoria também reflete um silenciamento estrutural que transcende a simples omissão individual: ela revela como a suposta neutralidade epistêmica da área opera como mecanismo de manutenção da branquitude. Enquanto a discussão permanecer confinada a um círculo reduzido de pesquisadoras e pesquisadores, o epistemicídio denunciado por Carneiro (2023) seguirá cumprindo sua função de apagar do horizonte científico a problematização do lugar do branco nas hierarquias raciais. Portanto, não basta apenas produzir sobre o tema; é necessário que os programas de pós-graduação, os periódicos e os eventos da Ciência da Informação assumam o compromisso institucional de incluir a branquitude como linha de pesquisa relevante, fomentando redes, orientações e financiamentos que rompam com a reprodução acrítica dos privilégios raciais na construção do conhecimento. Para além do diagnóstico da escassez, este estudo evidencia a necessidade de ações afirmativas no âmbito da pós-graduação e da editoração científica, como a criação de chamadas temáticas sobre relações étnico-raciais, a inclusão da branquitude como disciplina optativa nos programas de pós-graduação e o incentivo a pesquisas que articulem raça, gênero e informação.

Uma vez que a ideia inicial era contar com as informações do campo Cor ou Raça no Currículo Lattes das pessoas autoras, a maior dificuldade encontrada na realização dessa pesquisa se deu na baixa adesão ao preenchimento desse campo, que é, por ora, opcional. Por isso, a identificação das classes raciais das pessoas autoras se deu por nosso letramento racial, o que é, como qualquer processo de classificação, subjetivo. Considerados atendidos

os objetivos, recomenda-se que futuras investigações ampliem o escopo para outros repositórios, como o Portal de Periódicos da CAPES e a SciELO, e que incorporem entrevistas com as pessoas autoras para compreender suas trajetórias e motivações. Por fim, recomenda-se que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) tornem obrigatório o preenchimento do campo 'Cor ou Raça' no Currículo Lattes, a fim de viabilizar futuros mapeamentos com maior precisão.

REFERÊNCIAS

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrítica revisitada e a branquidade. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as**, [*s. l.*], v. 6, n. 13, p. 88-106, 2014. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/152. Acesso em: 31 ago. 2026.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Editora Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. **Biblioteconomia negra**: das epistemologias negro-africanas à teoria crítica racial. Rio de Janeiro: Malê, 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Veneta, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Imagens da branquitude**: a presença da ausência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SILVA, Denise Ferreira da. **Homo modernus**: para uma ideia global de raça. Tradução de Jess Oliveira e Pedro Daher. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.